

MST E EDUCAÇÃO

Estudo de Caso do Assentamento Moacir Wanderley

(São Cristóvão - SE)

Ana Marllan M. Carvalho

Bruno Leonardo Sta Rita

Nadja Regina Barbosa

Taynan Santos Gomes

RESUMO: Esse estudo pretende aprofundar reflexões acerca das bases que fundamentam a práxis educativa desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), junto a crianças, jovens e adultos, especificamente no assentamento Moarcir Wanderley, localizado nas imediações do município de São Cristóvão, em Sergipe. Com a finalidade de compreender os valores que norteiam a prática educativa desenvolvida no assentamento, e a sua importância para a vida dos sujeitos envolvidos nesse processo. Tendo em vista, dados vivenciados na realidade, através de um estudo de campo. Dessa forma, temos o anseio de compreender de forma clara, coerente e precisa, as bases que caracterizam a concepção de educação defendida pelo MST, o projeto de educação básica no campo, o anseio pela elaboração de políticas educacionais que orientem a prática educativa dentro dos assentamentos, e toda a estrutura física e social que norteia tal processo educacional a partir de um estudo de caso no assentamento Moarcir Wanderley.

PALAVRAS-CHAVES: MST, Educação, Assentamento Moarcir Wanderley.

INTRODUÇÃO

O “Terra a vista” foi o grito dado provavelmente por um dos membros da tribulação de Pedro Álvares Cabral, que chegou ao Brasil no início do século XVI. Trazendo um grupo de exploradores motivados a usufruir, como diz o escrivão oficial da expedição, Pero Vaz de Caminha, da “terra que brota leite e mel”. A própria Carta de Caminha levada a Corte portuguesa serve de indicativo para o entendimento de como será o tratamento a ser dado a nosso tempo. A colonização de exploração estava sendo iniciada.

O processo de ocupação da terra no Brasil é profundamente concentrador. As capitâneas hereditárias são o exemplo mais grotesco do projeto de ocupação e da concentração fundiária que o Brasil vivencia deste 1500. Os registros de resistência a esta constatação são significativos e reveladores do sentimento de equidade no tratamento do estado de arte em questão. Os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, a guerrilha do Araguaia, entre muitos outros, testemunharam que não se justifica a tamanha concentração de terras nas mãos de uma minoria. Não estamos no século XVI ou XX, mas no século XXI caracterizado pelo avanço extraordinário de tecnologia, conhecimento e de sedimentação da democracia. Mas é exatamente neste século XXI que o MST, nos seus quase 25 anos de história, ocupa os espaços de luta contra a concentração de terra provocando uma política de governo que realmente produza uma Reforma Agrária no país.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) surgiu em 1984, na cidade paranaense de Cascavel, com o apoio das CPT, do Partido dos Trabalhadores e da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A partir da insatisfação de um grupo de trabalhadores rurais que desde o fim dos anos 70 vinham se organizando para reivindicar o acesso à terra que lhes havia sido tirado especificamente pelo processo de industrialização no Brasil. Com o Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1984, este movimento ganha projeção nacional, impulsionando a ocupação de terras previstas para serem desapropriadas pelo governo. Através da mobilização popular, passeatas de protesto, ocupações de órgãos públicos e latifúndios, além de assembleias massivas.

João Pedro Stedili, afirma que a caracterização ideológica do MST só ocorrerá em 1989, no 5º Encontro Nacional, onde o MST se aut caracterizou como um movimento de massas, com base social camponesa, mas não apenas de camponeses. Havia um caráter sindical, pois em certos aspectos a luta pela terra é corporativa e, portanto, sindical. E também um caráter popular, pois nessas lutas envolvem-se todas as pessoas e não apenas uma categoria. Possuem objetivos e reivindicações típicas de um movimento popular, um caráter político, na medida em que se lutava contra a classe dominante como um todo (latifúndios, banqueiros, burgueses em geral, proprietários de terra) e contra o Estado, por mudanças sociais. Na *Folha de São Paulo*, Stedili vai mais longe quanto aos objetivos do MST, verificando que o movimento avançou quanto à sua formulação: “no início, víamos a reforma agrária só como a conquista da terra. Hoje, achamos que é um caminho para criarmos um modelo de desenvolvimento que traga para o mercado consumidor amplas camadas marginalizadas. Só terra não adianta. Queremos educação no campo e a agroindústria. No início, tínhamos orgulho de dizer 'nosso líder tem só o primário'. Hoje temos vergonha de dizer isso e já colhemos frutos. Temos professores e até advogados assentados”.

Sergipe está situado num contexto nacional de desigualdade social e concentração de terra que tem origens históricas no latifúndio. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sergipe nasceu a partir de 1985, com participação dos sindicalistas, agentes de pastorais e lavradores que participaram do 1º Congresso Nacional do MST, em Curitiba (PR). Vindo o primeiro encontro do movimento acontecer em setembro de 1987, no município de Itabi, com 92 participantes vindos de outros municípios sergipanos. O movimento se fortalece no Estado, e em agosto de 1991, é feita a ocupação da fazenda Quissamã, área da EMBRAPA, localizada a 14 Km da cidade de Aracaju, que se encontrava abandonada a 2 anos, e que hoje abriga cerca de 150 assentados que sobrevivem da safra de feijão, milho, arroz e coco, que constituirão também o foco do nosso estudo.

Segundo o histórico do MST em Sergipe, em 1992 foi feito no Quissamã o 1º Laboratório de Campo com duração de 40 dias nas áreas de Educação, Formação e Produção. E em 1993, foi fundado o CECAC - Centro de Capacitação de Canudos no assentamento Moacir Wanderley, antiga fazenda Quissamã em São Cristovão, em homenagem aos 100 anos de Canudos, onde vem realizando os cursos a nível de estado e da Região Nordeste. Contudo, em 27 de julho de 1995 em Brasília, foi realizado o 3º Congresso Nacional do MST com 120 delegados de cada estado. E nesse mesmo ano, foi acertado um projeto em parceria com a Universidade Federal de Sergipe para desenvolver um Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos. Sendo que recentemente, em abril de 2005, foi realizado os *Seminários Estaduais: Educação e Desenvolvendo do Campo*, no CEFET-SE, onde foi discutido as diretrizes de uma educação que esteja vinculada à realidade do campo. Tendo em vista esses dados, buscaremos analisar como se processa a educação no assentamento Moarcir Wanderley, através do entendimento das bases que fundamentam a concepção de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA DO MST

A trajetória de luta e organização dos trabalhadores do campo no decorrer dos últimos vinte anos buscou recuperar matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: a pedagogia do trabalho, da terra, da história, da organização coletiva, da luta social, da práxis. Dando origem a concepção de educação cuja bandeira principal é a luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade, vinculada antes de tudo à realidade do campo brasileiro.

Ao mesmo tempo em que começou a lutar pela terra, através das famílias acampadas e depois assentadas, o MST começou a lutar também pelo acesso dos Sem Terra à escola pública. Elaborando uma pedagogia específica para a tarefa de educar crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo; centrada sobretudo no desenvolvimento do ser humano, preocupada com a formação de sujeitos da transformação e da luta permanente por dignidade, justiça e felicidade; trabalhando por uma identidade própria das escolas do campo.

Além disso, cabe ressaltar também a grande luta do MST em levar a escola até aqueles que vivem no campo, independente assim, de fazerem ou não parte do movimento. Já que na concepção do movimento, a educação no meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento, sendo que deveria preparar os estudantes para ficarem e transformarem o meio rural.

Dessa forma, o ideário de educação do Movimento Sem-Terra defende, sobretudo a vinculação da escola com a realidade local e a luta pela Reforma Agrária, a relação entre teoria e prática, a preocupação com a ação transformadora, a seleção de conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral, a necessidade de educadores realmente preparados e engajados com os princípios do movimento, a avaliação como um processo permanente e participativo, e a gestão democrática, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida, e na valorização da cultura camponesa.

PEDAGOGIAS DO MOVIMENTO.

Pedagogia quer dizer o jeito de conduzir a formação de um ser humano, a partir de matrizes pedagógicas vinculadas a práticas ou vivências fundamentais no processo de humanização e construção da identidade dos indivíduos. E partindo dessa idéia, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de Pedagogia do Movimento, isto é, que possui o Sem Terra como sujeito educativo e tem o MST como sujeito de intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação; a partir de matrizes pedagógicas construídas ao longo da história da humanidade. Trataremos brevemente de algumas delas.

A) Pedagogia da Luta Social.

Ela brota do aprendizado de que o que educa os Sem-Terra é o próprio movimento da luta, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. O pressuposto que a luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são. Numa Escola do MST, além de garantir que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias seja incluída como conteúdo de estudo, defendem a incorporação de valores apreendidos na luta: o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, a esperança, etc.

B) Pedagogia da Organização Coletiva ou Cooperação.

A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado mas projeta o futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. A pedagogia da cooperação germina das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, a partir de princípios e objetivos da nossa luta pela Reforma Agrária, por um novo jeito de organizar as relações de trabalho e efetivar o desenvolvimento do campo.

C) Pedagogia da Terra.

A concepção de educação defendida pelo movimento ressalta a importância de incorporar ao currículo da escola, assuntos ligados a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio da terra, as técnicas de semear e colher no tempo certo e formas de lidar com as intempéries.

D) Pedagogia do Trabalho e da produção.

No MST, os Sem-Terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e apropriação dos resultados do trabalho. Pelo trabalho o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. As pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam e deseducam, através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si no processo de produção material de sua existência. E cabe a escola está vinculada ao mundo do trabalho.

E) Pedagogia da Cultura.

Ela brota do modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos Sem-Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte, etc. Numa escola do MST é importante resgatar os símbolos, as ferramentas de trabalho e de luta, a mística do Movimento. Através de práticas e de exemplos que permitam aos educandos olhares para si e para os outros.

F) Pedagogia da Escolha.

Dizemos que há uma pedagogia da escolha à medida que reconhecemos que as pessoas se educam, se humanizam mais quando exercitam a possibilidade de fazer escolhas e de refletir sobre elas. Ao ter que assumir responsabilidades pelas próprias decisões as pessoas aprendem a dominar impulsos, influências, e aprendem também que a coerência entre os valores que se defendem, com palavras e os valores que efetivamente se vive, é um desafio sempre em construção.

G) Pedagogia da História.

Uma escola que pretenda cultivar a pedagogia da história será aquela que procure resgatar a memória do MST, da luta dos pequenos agricultores e da luta coletiva dos trabalhadores em nosso país e no mundo; a fim de perceber nesta memória as raízes de um povo, e assim se descobrir como sujeito da história.

H) Pedagogia da Alternância.

Busca integrar a escola com a família e a comunidade do educando. Ela permite uma troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares e do vínculo dos educandos com o assentamento ou acampamento. Através de aulas teóricas e práticas, além de atividades de pesquisa acompanhadas pela comunidade.

A ESCOLA DO MST.

A Escola do MST é uma escola do campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias. Os educandos dessa escola ideal são crianças, adolescentes, jovens (com sua temporalidade própria), são pessoas do campo (com saberes próprios) e são do MST (herdeiros da identidade Sem Terra em formação). A tarefa educativa do movimento é tornar o educando um ser pensante, consciente de sua identidade Sem-Terra, e não apenas mero reprodutor de um saber dominante.

Deste modo, para ser educador numa escola como está é preciso conhecer a realidade do campo, ser sensível aos seus problemas, acreditar na importância de uma Reforma Agrária no país. É preciso se desafiar a compreender a história do MST e a conhecer as marcas desse movimento, que é político e

pedagógico ao mesmo tempo.

A escola precisa abrir espaços para a participação da comunidade, assembléia da escola, o conselho escolar, a coordenação ou direção, respeitando a sua organização e as orientações do MST. São espaços onde as famílias, contribuem na direção do projeto político e pedagógico desenvolvido pela escola, em conjunto com os educadores e educandos.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI.

De acordo com o artigo 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo, a escola do campo precisa estar inserida na realidade do meio rural, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais; que a terra seja um elemento chave, que a cultura, as lutas, a história do campo, seja ponto de partida para o trabalho em sala de aula.

Assim, teremos conteúdos gerais (matemática, língua portuguesa, história e geografia, etc.), que todos os estudantes aprendem em qualquer lugar do Brasil e os conteúdos específicos de acordo com as características regionais, locais, econômicas e culturais da comunidade onde a escola está inserida. Vinculados a metodologias que resgatem as experiências desenvolvidas no meio rural, através de aulas na roça, excursões, entrevistas, reuniões, palestras, dramatizações e observações, ou seja, que vincule teoria e prática, que realize um diálogo com a realidade; a fim de construir uma prática pedagógica inovadora e adequada à realidade do campo.

Os artigos 3º, 6º e 7º estabelecem que a educação infantil e o ensino fundamental nas comunidades rurais, inclusive para jovens e adultos deve ser ofertada pelo sistema municipal. Enquanto o ensino médio e técnico profissional deve ser de responsabilidade do Estado.

ESTUDO DE CASO: ASSENTAMENTO MOARCIR WANDERLEY.

O Assentamento Moarcir Wanderley tem sua origem em 1991, após a ocupação da Fazenda Quissamã, antiga área de pesquisa da EMBRAPA, localizada nas imediações do município de São Cristóvão. A Fazenda Quissamã foi desapropriada em 1992 e a partir daí, tornou-se um importante centro de referência acerca do ideário de educação defendido pelo MST. Cabe ressaltar que desde de 1993, no assentamento funciona o CECAC - Centro de Capacitação de Canudos, que vem realizando cursos a nível de Nordeste.

O CECAC constitui um projeto do movimento que desde de 1995, tem a Universidade Federal de Sergipe como parceria, através do PRONERA, cujo papel principal é desenvolver cursos de capacitação dos assentamentos do MST, bem como possibilitar aos mesmos, o acesso ao nível superior através da oferta de cursos de graduação, tal como o curso de Agronomia, e recentemente o curso de Pedagogia.

Paralelamente ao CECAC, funciona a Escola Rural Governador Eronildes de Carvalho, criada inicialmente para atender aos filhos dos funcionários da EMBRAPA, mas após a ocupação da Fazenda Quissamã pelo MST, essa passou a ser destinada as crianças do Assentamento Moarcir Wanderley. A escola possui apenas suas salas de aula e atende crianças da 1ª a 4ª séries, sendo que no período da manhã, funciona a 1ª e 2ª séries, cujo currículo se assemelha às escolas comuns, e no período da tarde, funciona a Escola Ativa, correspondente a 3ª e 4ª séries dentro do regime multisseriada.

O artigo 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo ressalta que a escola do campo precisa ser uma escola que tenha a cara do povo do campo. A escola não pode ficar apenas limitada ao mundo das letras, ou com conteúdos que não contribuam para a criança e o jovem do campo resgatar sua auto-estima de ser agricultora ou agricultor. Precisa então estar plantada no solo do campo e produzindo conhecimentos sobre a realidade que ajuste as pessoas que nela vivem, transformando-a.

A Escola Ativa constitui um projeto do governo, a fim de adaptar o currículo normal a realidade do campo. Na nossa concepção, um projeto ambíguo. De acordo com o ideário de educação do MST, a participação da comunidade e das famílias assentadas na escola tem uma importância essencial na construção de uma práxis educativa. Sendo que, no assentamento Moarcir Wanderley isso não ocorre. Com base, em dados levantados, na escola não há nenhum membro originário do assentamento, todos os profissionais, educadores, secretária, diretor são recrutados da capital sergipana.

Segundo a professora Acácia Feitosa, pedagoga formada pelo MST, o que dificulta a efetivação de uma educação realmente do campo é a rotatividade de professores feita pelo Estado junto às escolas rurais, impedindo a construção de um projeto de educação do campo eficiente e eficaz. Além disso, a falta de profissionais realmente engajados na luta pela Reforma Agrária, nos valores defendidos pelo MST.

De acordo com o Ministério da Educação, a maioria dos professores pertencentes ao movimento, não têm o curso de magistério completo, pré-requisito básico para a contratação na rede pública, e alguns não chegaram sequer a terminar o ensino fundamental. "A realidade é que há pessoas atuando como profissionais da educação nessas escolas sem o mínimo de preparo para exercer a função", reconhece o secretário estadual de Educação do Rio Grande do Sul, José Fortunati. Sendo que, no acampamento Moarcir Wanderley, podemos constatar que existem pessoas capacitadas e com nível superior. Conforme a professora Acácia, a deputada estadual Ana Lúcia possui um projeto que enfatiza a importância dos professores recrutados para os assentamentos estarem familiarizados com a concepção e os princípios de educação desenvolvido pelo MST. Esse seria talvez uns dos principais problemas enfrentados na busca pela efetivação de uma política de educação voltada para os valores do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Antônio Munarim¹, sempre que se fala em educação do campo, inicialmente a imagem que vem a nossa mente, é a de campo como sinônimo de atraso, uma situação a ser superada ou adequada ao sistema social do mundo urbano, e não um local de vida de muitas pessoas. O professor faz alusão

à figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato, como denúncia dos problemas que assolam a zona rural, principalmente quanto à infra-estrutura e a educação oferecida aos indivíduos. Munarim ressalta a importância de promover uma educação do campo, democrática, universal e de qualidade social, que se adapte à realidade social dos indivíduos que vivem no campo.

A proposta de educação do campo presente no assentamento Moacir Wanderley encontra-se estreitamente ligada aos ideais educacionais defendidos pelo MST, ou seja, a educação é vista como força impulsionadora das transformações que ocorrem na sociedade e da tomada de consciências de classe e revolucionária. Tendo em vista, a realidade do meio rural e a busca de soluções para os problemas do mesmo; além da valorização da heterogeneidade dos indivíduos, através de uma educação específica do campo para que se possa estabelecer não apenas um saber teórico, mas um saber-fazer prático - por meio das habilidades e capacidades dos trabalhadores - e um saber-ser, referente ao comportamento dos sem-terra em situações cotidianas.

No processo educativo, procurá-se veicular a produção do conhecimento dos estudantes com a realidade. Relacionar teoria e prática com a finalidade de desenvolver nos alunos a capacidade de articular as questões do dia-a-dia, ou problemas que aparecem no ambiente de trabalho e na militância do MST, principalmente entre as crianças da Escola Ativa, e os jovens e adultos do CECAC.

A idéia de uma educação básica do campo é a busca por uma educação específica por meio de novos conteúdos e uma metodologia pedagogicamente diferenciada a partir da realidade e anseios de cada localidade, daí a importância da participação dos atores/as na construção dessa educação formal que não descaracteriza a importância da educação não formal e informal. Na verdade a educação básica do campo é a tentativa de construir a educação popular a partir dos camponeses/as e de suas memórias coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Mariana. **Reforma Agrária**. Revista *Caros Amigos*. Editora Casa Amarela. São Paulo. Publicada em setembro de 2003.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO. Educação no MST: balanço 20 anos. nº 09, dezembro de 2004.

CADERNO DE EDUCAÇÃO. Como fazemos a Escola de Educação Fundamental. nº 09, 1999.

CARTILHA. **Educação do campo Diretrizes Operacionais**. Brasília, 2004.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação, cidadania e políticas sociais**. Disponível em <www.campus.oei.org/revista/deloslectores> Acesso em 24 de abril de 2004.

VARGAS, Maria Cristina. **Uma história em construção: EJA no campo**. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/saltos/boletins2004.